
A POLÍTICA POMBALINA E A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS DO BRASIL: MOTIVAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS¹

POMBAL'S POLICIES AND THE EXPULSION OF THE JESUITS: POLITICAL AND ECONOMIC REASONS

LAS POLÍTICAS DE POMBAL Y LA EXPULSIÓN DE LOS JESUITAS: RAZONES POLÍTICAS Y ECONÓMICAS.

LE POLITICHE DI POMBAL E L'ESPULSIONE DEI GESUITI: RAGIONI POLITICHE ED ECONOMICHE

MARTINS, Rodrigo Nóbrega

<https://orcid.org/0000-0001-8930-610X>

EEMTI Estado da Bahia

RESUMO

Este artigo analisa as razões político-econômicas que levaram à expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, durante a administração do Marquês de Pombal. Através de análise documental e revisão bibliográfica, examina-se como a política ilustrada portuguesa, as disputas territoriais na América e os conflitos de poder entre Estado e Igreja convergiram para esta decisão histórica. Os resultados demonstram que a expulsão representou uma estratégia de centralização do poder real e modernização do Estado português, em detrimento da influência jesuítica nas colônias.

Palavras-chave: Marquês de Pombal; Jesuítas; Brasil Colonial; Política Ilustrada; Século XVIII.

ABSTRACT

This article analyzes the political and economic reasons that led to the expulsion of the Jesuits from Brazil in 1759, during the administration of the Marquis of Pombal. Through documentary analysis and bibliographic review, it examines how Portuguese enlightened politics, territorial disputes in America, and power conflicts between State and Church converged on this historical decision. The results demonstrate that the expulsion represented a strategy of centralizing royal power and modernizing the Portuguese State, to the detriment of Jesuit influence in the colonies.

Keywords: Marquis of Pombal; Jesuits; Colonial Brazil; Enlightened Politics; 18th Century.

RESUMEN

Este artículo analiza las razones políticas y económicas que llevaron a la expulsión de los jesuitas de Brasil en 1759, durante la administración del marqués de Pombal. Mediante el análisis documental y la revisión bibliográfica, examina cómo la política ilustrada portuguesa, las disputas territoriales en América y los conflictos de poder entre el Estado y la Iglesia convergieron en esta decisión histórica. Los resultados demuestran que la expulsión representó una estrategia para centralizar el poder real y modernizar el Estado portugués, en detrimento de la influencia jesuita en las colonias.

Palabras clave: Marqués de Pombal; Jesuitas; Brasil colonial; Política ilustrada; Siglo XVIII.

RIEPILOGO

Questo articolo analizza le ragioni politiche ed economiche che portarono all'espulsione dei Gesuiti dal Brasile nel 1759, durante il periodo del Marchese di Pombal. Attraverso l'analisi documentaria e la revisione bibliografica, esamina come la politica illuminista portoghese, le dispute territoriali in America e i conflitti di potere tra Stato e Chiesa convergessero verso questa decisione storica. I risultati dimostrano che l'espulsione rappresentò una strategia di centralizzazione del potere regio e di modernizzazione dello Stato portoghese, a scapito dell'influenza gesuita nelle colonie.

Parole chiave: Marchese di Pombal; Gesuiti; Brasile coloniale; Politica illuminista; XVIII secolo.

¹ DOI: 10.5281/zenodo.20010320

1 INTRODUÇÃO

O primeiro período da educação escolar brasileira inicia-se com a chegada dos jesuítas em 1549 e finda-se com a expulsão destes em 1759. O responsável pela expulsão foi Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal e Conde de Oeiras. Secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I, é considerado, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e carismáticas da história portuguesa.

Ribeiro (2003) adverte que as políticas pombalinas emergiram em um contexto de reformas iluministas e de fortalecimento do poder absolutista português, visando modernizar o Estado e romper com a hegemonia educacional da Companhia de Jesus, que dominava o ensino colonial há mais de dois séculos.

Nascido em 1706 em Portugal, Pombal foi diplomata e, mais tarde, secretário de Estado e principal ministro do rei D. José I entre 1750 e 1777. Ele é visto como um “déspota esclarecido”: concentrava poder de forma autoritária, mas usava a razão para modernizar o Estado, em sintonia com o pensamento iluminista.

No Brasil, as “reformas pombalinas” consistiram em uma série de medidas que reforçaram o controle de Portugal sobre a colônia e tornaram a administração mais centralizada e burocrática. Entre as principais mudanças estão: extinção definitiva das capitanias hereditárias, criação de companhias de comércio como a Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, e a elevação do Brasil à categoria de vice-reino de Portugal.

Outra medida marcante foi a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, o que reforçou a importância política e econômica do Sudeste e do Centro-Sul. Pombal também instituiu a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa na colônia e impulsionou a formação de uma elite letrada e ligada à metrópole, reduzindo a influência de outras culturas. Tais medidas ajudaram a moldar uma identidade brasileira marcada por uma cultura majoritariamente lusófona e por uma estrutura administrativa centralizada, que ainda reverbera na organização do país hoje.

O Marquês de Pombal é considerado determinante na história brasileira porque estruturou o Brasil como um espaço colonial mais integrado, homogêneo e economicamente voltado para a metrópole. As reformas pombalinas consolidaram um modelo centralizado de poder, que antecipa a forma como o Estado brasileiro se

organizaria depois da independência, com forte presença do governo na política interna e na economia.

Contudo, dentre as medidas mais historicamente conhecidas e controversas, está a expulsão dos jesuítas de Portugal e de todas as suas possessões, incluindo o Brasil, a partir de 1759. A ordem jesuíta era acusada de desobedecer ao poder real, de controlar comunidades indígenas e de manter escolas pouco submissas ao Estado.

Com a saída dos jesuítas, o Estado português assumiu um papel direto na educação, na catequese e na organização de povoados indígenas, criando órgãos como departamentos reais para assuntos indígenas. Essa política reforçou a presença militar e administrativa de Portugal no interior das terras brasileiras, contribuindo para a ocupação e mapeamento do território.

Diante deste cenário histórico, emerge a questão norteadora desta pesquisa: quais as consequências da expulsão dos jesuítas da educação brasileira no período colonial? Esta interrogação mostra-se relevante não apenas do ponto de vista historiográfico, mas para a compreensão dos fundamentos e das contradições presentes no atual sistema educacional brasileiro.

Metodologicamente, esta pesquisa configura-se como uma revisão de literatura, de natureza qualitativa e caráter exploratório, que busca sistematizar e analisar criticamente as principais contribuições teóricas sobre o tema. Conforme argumenta Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite ao investigador uma cobertura ampla dos fenômenos estudados, sendo particularmente apropriada quando o problema de pesquisa demanda dados dispersos em numerosas publicações.

O levantamento bibliográfico contemplou obras clássicas e contemporâneas sobre História da Educação brasileira, com ênfase em autores que se dedicaram especificamente ao período pombalino e suas consequências para a formação do sistema educacional no Brasil.

É objetivo geral da presente investigação: conhecer as consequências das reformas pombalinas na educação colonial.

São objetivos específicos da presente investigação: (1) analisar o contexto histórico em que o Marquês de Pombal chega ao poder em Portugal; (2) Analisar o

contexto da chegada dos jesuítas ao Brasil; (3) Conhecer as motivações para a expulsão dos jesuítas.

Justifica-se a pesquisa pelo fato de que investigar este período histórico é fundamental para compreender as origens de problemas estruturais que marcaram a educação escolar brasileira tanto nos momentos imediatos como nos séculos subsequentes.

Este estudo contribui para o campo da História da Educação ao analisar criticamente as transformações pedagógicas, administrativas e culturais decorrentes da expulsão jesuítica, permitindo uma reflexão mais ampla sobre os processos de reforma educacional, o papel do Estado na educação e as consequências de rupturas institucionais abruptas nos sistemas de ensino.

A hipótese inicial aponta no sentido de que os impactos da administração pombalina no campo educacional brasileiro criaram um vácuo na educação brasileira, que somente pode ser preenchido muitos anos depois.

2 CONTEXTO HISTÓRICO: O PORTUGAL SETECENTISTA E A ASCENSÃO POMBALINA

O período que antecede a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, ao poder, em Portugal, é marcado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais que caracterizaram a primeira metade do século XVIII.

Portugal, no início do século XVIII, encontrava-se em uma posição delicada no cenário europeu. O reinado de D. João V (1706-1750) foi marcado pelo fausto proporcionado pelo ouro brasileiro, que permitiu ao monarca sustentar uma corte luxuosa e custear obras monumentais, como o Convento de Mafra, conforme assevera Falcon (1982). Maxwell (1996) argumenta que essa aparente prosperidade mascarava problemas estruturais profundos: a dependência econômica em relação à Inglaterra, o atraso científico e tecnológico frente às demais nações europeias, e a influência excessiva da Igreja Católica nos assuntos de Estado.

Segundo Serrão (2000), o reinado quinto-joanino caracterizou-se por um absolutismo régio de caráter conservador, no qual a monarquia mantinha estreitas relações com a aristocracia tradicional e com a Igreja, particularmente com a Companhia de Jesus. Nesse cenário, os jesuítas detinham não apenas o monopólio

da Educação, mas também exerciam considerável influência política por meio da confissão real² e da atuação como conselheiros da coroa.

Com a morte de D. João V em 1750, assume o trono seu filho D. José I, um monarca de personalidade distinta de seu predecessor. Como observa Azevedo (1971), D. José I demonstrava pouco interesse pela administração direta do reino, preferindo delegar responsabilidades a ministros de sua confiança. Esta característica do novo monarca - que misturava, em certa medida, debilidade e desleixo - criou o espaço político necessário para a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Maxwell (1996) adiciona que Carvalho e Melo havia servido como diplomata em Londres (1738-1743) e Viena (1745-1749) e, por isso, retornou a Portugal com uma visão modernizadora influenciada pelas ideias iluministas e pelo pragmatismo político inglês. Sua experiência diplomática permitiu-lhe observar de perto os modelos de administração centralizadora e as reformas econômicas implementadas em outras nações europeias.

Inicialmente nomeado Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1750, Pombal consolidou seu poder especialmente após o terremoto de Lisboa³ em 1755, quando sua atuação enérgica na reconstrução da capital portuguesa impressionou D. José I e a corte, argumenta Santos (1984). Como afirma Falcon (1982, p. 383), "o terremoto de 1755 constituiu o divisor de águas que permitiu a Pombal impor-se definitivamente como o verdadeiro condutor dos destinos de Portugal". Destarte, de forma resumida, pode-se afirmar que o reinado de D. José I (1750-1777) marcou a ascensão do despotismo ilustrado em Portugal, personificado na figura do Marquês de Pombal.

Para Maxwell (1996), as reformas pombalinas representaram uma tentativa sistemática de modernizar o Estado português, fortalecendo o poder real e reduzindo a influência de grupos tradicionais, especialmente a nobreza e o clero.

Falcon (1982) argumenta que o projeto pombalino visava superar o atraso português em relação às demais potências europeias, por meio da racionalização administrativa, do fomento econômico e da secularização da Educação. Neste

² A confissão real em Portugal, durante o reinado de D. João V (1706-1750), era a confissão de pecados realizada pelo monarca ao poder católico, num contexto em que a religião, a política e a vida privada do rei se misturavam intimamente.

³ O Terremoto de 1755, ocorrido em 1º de novembro, foi uma das catástrofes naturais mais devastadoras da história europeia, destruindo quase completamente a cidade de Lisboa e impactando profundamente a política e a filosofia da época.

contexto, a Companhia de Jesus, com sua vasta rede de influência e considerável autonomia, constituía um obstáculo aos objetivos centralizadores do governo.

3 OS JESUÍTAS NO BRASIL

A chegada da Companhia de Jesus ao Brasil, em 1549, juntamente com o primeiro governador-geral Tomé de Sousa, marcou o início de um projeto educacional que se tornaria fundamental para a formação cultural e intelectual da colônia portuguesa. Os jesuítas, liderados inicialmente pelo Padre Manuel da Nóbrega, estabeleceram as bases do primeiro sistema educacional organizado em território brasileiro, cujas influências perduraram por mais de dois séculos, conforme destaca Paiva (2015).

A pedagogia jesuítica no Brasil estava fundamentada no *Ratio Studiorum*⁴, documento elaborado em 1599, que estabelecia os princípios e métodos do ensino da Companhia de Jesus. Conforme destaca Saviani (2008), este método pedagógico caracterizava-se por uma estrutura curricular bem definida, que contemplava desde o ensino elementar até os estudos superiores, com ênfase nas humanidades clássicas, na retórica e na filosofia escolástica.

Segundo Paiva (2015), a organização do ensino jesuítico estruturava-se em três níveis principais: as escolas de ler e escrever, destinadas à alfabetização; os colégios, que ofereciam formação humanística intermediária, e os cursos superiores de filosofia e teologia. Esta estruturação evidenciava a preocupação da ordem com a formação integral do indivíduo, ainda que orientada pelos valores e objetivos da evangelização católica.

Sobre tal, convém destacar que não resta dúvida de que o trabalho educacional dos jesuítas caracterizou-se pela adaptação de métodos europeus à realidade colonial. Nóbrega e seus sucessores desenvolveram estratégias específicas para a catequese e educação dos indígenas, incluindo o uso da música, do teatro e da língua tupi como instrumentos pedagógicos (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008). O teatro pedagógico, em particular, revelou-se uma ferramenta eficaz para a transmissão de valores cristãos e para o processo de aculturação das populações nativas.

⁴ Nome completo em latim: *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, significa literalmente "Plano e Organização dos Estudos da Companhia de Jesus" ou, de forma mais simples, "Método de Estudos".

Mattos (1958) observa que os jesuítas estabeleceram uma rede de colégios nas principais cidades da colônia, incluindo Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Olinda. Estas instituições não apenas educavam os filhos dos colonos portugueses, mas também formavam uma elite colonial que posteriormente ocuparia posições de destaque na administração e na sociedade.

Importante destacar que, apesar de ser uma instituição católica, a educação jesuítica no Brasil não se restringia ao aspecto religioso. Como aponta Azevedo (1963), os colégios da Companhia de Jesus ofereciam substancial formação humanística, com ênfase no domínio do latim, no estudo dos clássicos greco-romanos e no desenvolvimento das capacidades retóricas. De caráter elitista, esta formação destinava-se principalmente aos filhos da elite colonial, criando uma diferenciação social que se perpetuaria ao longo da história brasileira.

Segundo Ribeiro (1993), o modelo educacional jesuítico contribuiu para a consolidação de uma estrutura social hierárquica, na qual o acesso à educação formal representava um privilégio das classes dominantes. Enquanto os colégios ofereciam formação refinada aos filhos dos colonos, a educação destinada aos indígenas limitava-se frequentemente à catequese e ao ensino de ofícios manuais.

Azevedo (2013) destaca que os jesuítas detinham significativo poder econômico, possuindo engenhos de açúcar, fazendas de gado e, comandando o trabalho indígena por meio das missões, controlavam descomunal força de trabalho. Esta situação gerava conflitos constantes com colonos e autoridades civis, especialmente no que se referia à utilização da mão de obra nativa.

Em uma certa conjuntura histórica, os jesuítas estabeleceram uma espécie de império espiritual e temporal de dimensões consideráveis. Leite (1938) postula sobre como a Companhia de Jesus controlava extensas propriedades rurais, aldeamentos indígenas e instituições educacionais, constituindo um "Estado dentro do Estado". E isto, a partir de um certo momento, chocou-se frontalmente com as concepções pombalinas porque poderia oferecer perigo aos domínios portugueses.

3 AS MOTIVAÇÕES PARA A EXPULSÃO

A questão da soberania estatal constituía elemento central na formação e na gestão de Pombal. Santos (2007) observa que os jesuítas mantinham jurisdição quase independente sobre vastos territórios, especialmente nas reduções do Sul do

Brasil, situação incompatível com os objetivos centralizadores do Estado moderno proposto por Pombal.

Junte-se a esta situação o fato de que as disputas fronteiriças na região platina⁵ evidenciaram os tímidos limites da autoridade real sobre os territórios jesuíticos. Alden (1996) demonstra como a resistência indígena liderada pelos missionários na Guerra Guaranítica⁶ (1754-1756) foi interpretada em Lisboa como insubordinação direta à autoridade real. Esta questão da soberania foi um dos elementos fundamentais do desagrado português em relação à presença dos jesuítas em solo brasileiro.

Noutro sentido, o aspecto econômico também teve grande relevância. Boxer (2002) argumenta que as propriedades jesuíticas representavam imenso patrimônio que, uma vez confiscado, poderia contribuir contundentemente para o erário real e para o desenvolvimento de políticas mercantilistas.

Prado Júnior (2011) enfatiza que o controle jesuítico sobre o trabalho indígena constituía entrave ao desenvolvimento de uma economia colonial mais eficiente e lucrativa para a metrópole. A liberação desta mão de obra e a incorporação das terras missionárias ao patrimônio real abririam novas possibilidades de exploração econômica.

No campo ideológico, as reformas educacionais pombalinas visavam modernizar o ensino segundo princípios iluministas, em oposição ao método escolástico jesuítico, considerado antiquado. Carvalho (1978) argumenta que Pombal pretendia criar um sistema educacional laico, controlado pelo Estado, que formasse súditos úteis à nação, não apenas religiosos devotos, por mais cultos que estes pudessem ser.

Carvalho (2001) analisa como o ensino da Companhia de Jesus, baseado na *Ratio Studiorum*, a partir de um certo momento, foi considerado obsoleto e incompatível com os ideais iluministas de progresso científico e técnico. Neste comenos, a influência cultural dos jesuítas, particularmente sua capacidade de moldagem das mentalidades coloniais, passou a preocupar as autoridades

⁵ A América Platina é uma região da América do Sul composta atualmente por Argentina, Uruguai e Paraguai, caracterizada pela bacia hidrográfica do Rio da Prata (rios Paraná, Paraguai e Uruguai). Cobrindo cerca de 18% do território sul-americano, a região destaca-se por vastas planícies férteis (Pampa e Chaco), e uma historicamente forte produção agropecuária.

⁶ Conflito armado entre as tribos Guaranis das missões jesuíticas e as tropas espanholas e portuguesas, como consequência do Tratado de Madrid que definiu uma linha de demarcação entre o território colonial espanhol e português na América do Sul.

metropolitanas. Villalta (1999) demonstra como o controle jesuítico sobre a educação era visto como obstáculo à formação de súditos mais diretamente vinculados ao Estado português.

4 O PROCESSO DE EXPULSÃO

A expulsão foi precedida por intensa campanha legislativa e propagandística. A lei de 3 de setembro de 1759 determinou a saída imediata de todos os membros da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, confiscando seus bens e proibindo sua atividade. D. José I assinou o decreto que declarava os jesuítas "rebeldes, traidores, adversários e agressores" da pessoa real, determinando sua expulsão de todos os territórios portugueses. Conforme Leite (1938), o processo foi executado de forma abrupta e violenta: os jesuítas foram presos, seus bens confiscados e embarcados para o exílio, principalmente para os Estados Pontifícios⁷.

Rodrigues (2005) analisa muito propriamente os documentos oficiais que justificaram a medida, destacando as acusações de conspiração contra a pessoa real, resistência às ordens governamentais e comprometimento da segurança do Estado.

No Brasil, a expulsão foi particularmente traumática. A execução da ordem de expulsão coube aos governadores coloniais, que enfrentaram resistências locais e dificuldades logísticas. Almeida (2010) documenta como o processo variou conforme as regiões, sendo mais complexo nas áreas de maior concentração jesuítica.

Santos (2004) documenta que aproximadamente 600 jesuítas foram deportados da colônia, deixando abandonados 25 colégios, 36 missões e numerosas fazendas. A implementação do decreto variou regionalmente: em algumas capitanias, como Bahia e Rio de Janeiro, ocorreu rapidamente; nas regiões remotas do Pará e Maranhão, o processo estendeu-se por mais tempo.

A confiscação dos bens jesuíticos foi irregular e marcada por corrupção. Representou transferência massiva de propriedades para a Coroa, mas também ocasionou disputas entre diferentes instâncias administrativas e grupos de

⁷ Os Estados Pontifícios, ou Estados da Igreja, eram um conjunto de territórios na península Itálica governados diretamente pelo Papa como soberano temporal entre 756 e 1870. Com capital em Roma, englobavam grande parte do centro da Itália, funcionando como um reino independente que garantia a independência política da Santa Sé.

interesse local. Flexor (2008) demonstra como esta situação criou oportunidades para o enriquecimento de setores ligados ao aparelho estatal colonial.

5 CONSEQUÊNCIAS E IMPACTOS

A expulsão dos jesuítas abriu espaço para a reorganização administrativa colonial. Kantor (2009) argumenta que a medida permitiu maior integração dos territórios coloniais ao sistema de controle metropolitano, eliminando focos de poder autônomo.

Por outro lado, a expulsão causou um colapso imediato do sistema educacional colonial. Neves (1978) afirma que os colégios jesuíticos constituíam praticamente toda a estrutura de ensino formal na colônia. Com sua extinção súbita, criou-se um vácuo educacional que perdurou décadas. As "aulas régias" instituídas pela Coroa para substituir o ensino jesuítico revelaram-se insuficientes e desorganizadas.

A criação de novas instituições educacionais e a reforma do ensino público representaram tentativas de substituir o sistema jesuítico por estruturas mais alinhadas aos objetivos estatais. Fávero (2006) analisa como estas transformações, apesar de limitadas, alteraram o panorama cultural colonial.

A dissolução das missões jesuíticas provocou profundas alterações na organização social colonial. Monteiro (1994) demonstra como a dispersão das populações indígenas aldeadas criou novos problemas de controle territorial e social. O confisco das propriedades jesuíticas alimentou um processo de redistribuição fundiária que beneficiou setores próximos ao aparelho administrativo. Fragoso (1998) analisa como esta situação contribuiu para a formação de novas elites econômicas coloniais.

Azevedo (1971) avalia que a qualidade do ensino deteriorou-se significativamente. Os professores régios, que assumiram os labores educacionais com a saída dos jesuítas, mal remunerados e frequentemente sem qualificação adequada, não conseguiram manter o nível de instrução anterior. Apenas no século XIX, com a vinda da família real ao Brasil, houve investimentos significativos em educação.

Como observa Paiva (2003), as reformas pombalinas, embora inspiradas em ideais iluministas de progresso e racionalização, geraram um vácuo educacional

significativo, especialmente pela ausência de uma estrutura capaz de substituir adequadamente o sistema jesuítico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses constituiu um evento complexo, motivado por razões políticas, econômicas e ideológicas convergentes por determinados aspectos, mas divergente por outros tantos. Embora Pombal visasse modernizar e fortalecer o Estado português, as consequências foram ambivalentes: o colapso educacional, o desamparo das populações indígenas e as perdas culturais contrastam com a maior centralização política alcançada.

A expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759 deve ser compreendida como elemento central do projeto de modernização do Estado português conduzido pelo Marquês de Pombal. As motivações que levaram a esta decisão articularam-se em torno de três eixos principais: a necessidade de afirmação da soberania estatal sobre territórios coloniais, os interesses econômicos relacionados ao confisco de propriedades jesuíticas e a adequação do sistema educacional aos ideais iluministas.

A desarticulação do ensino jesuítico, sem que houvesse uma substituição planejada e eficiente, resultou em décadas de precariedade educacional, acessível apenas a uma elite restrita. Além disso, o conflito entre o modelo humanístico-religioso dos jesuítas e as reformas iluministas propostas por Pombal evidencia tensões entre diferentes concepções de Educação que permanecem relevantes nos debates contemporâneos sobre finalidades e métodos educacionais, mas que naquela época, produziram muito mais prejuízos do que avanços.

O sucesso da medida demonstrou a capacidade do Estado português em impor sua autoridade sobre grupos tradicionalmente poderosos, sinalizando uma nova fase nas relações entre metrópole e colônia. Contudo, as consequências sociais e culturais da expulsão revelaram-se complexas e duradouras, influenciando o desenvolvimento histórico brasileiro muito além do período colonial. A pergunta norteadora da pesquisa foi fartamente respondida, embora tal não signifique esgotamento do tema. Os objetivos foram atingidos. A hipótese inicial foi corroborada.

Referências

- ALDEN, Dauril. **The Making of an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond (1540-1750)**. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.
- AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 1963.
- AZEVEDO, J. L. de. **O Marquês de Pombal e a sua época**. 2. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1971.
- AZEVEDO, João Lúcio de. **Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. 3. ed. Belém: SECULT, 2013.
- BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 2001.
- FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e poder: apontamentos para uma história das universidades no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2006.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Mobiliário brasileiro: Bahia**. São Paulo: Expressão e Cultura, 2008.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2009.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938. 10 v.
- MATTOS, L. A. de. **Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)**. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEVES, L. F. B. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

PAIVA, J. M. de. **Educação jesuítica no Brasil colonial**. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 43-59.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

RODRIGUES, José Damião. **Poder municipal e oligarquias urbanas: Ponta Delgada no século XVII**. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. São Paulo: Annablume, 2007.

SANTOS, M. D. **Jesuítas no Brasil colonial**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

SANTOS, M. H. C. dos. **Pombal revisitado**. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. 2 v.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SERRÃO, J. V. **História de Portugal**. Lisboa: Verbo, 2000. v. 6: O despotismo iluminado (1750-1807).

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Educar em Revista, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa**. 1999. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.